

Informativo MPE FIERN | Informativo da Micro e Pequena Empresa - Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte.

COMPEN: Presidente da FIERN e do COMPEN/CNI: **Amaro Sales de Araújo**. | Presidente da COMPEN/FIERN: **Heyder de Almeida Dantas**.

Para mais informações – Ernani Bandeira de Melo Neto – Assessor Corporativo e Secretário Executivo das Comissões Temáticas da FIERN – (84) 3204-6220 - ernanibandeira@fiern.org.br.

Endereço: Av. Senador Salgado Filho, 2860 - Lagoa Nova - Natal/RN | CEP: 59075-900 | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

Agenda do Sistema FIERN

30/09/2016 – Reunião de Diretoria do Sistema FIERN

Horário: 16h.

Local: FIERN - Auditório Joaquim Victor de Holanda.

Compras Governamentais

Editais Publicados. Links:

[Governo do Estado do Rio Grande do Norte](#)

[Portal SEBRAE – Licitações abertas – RN e BR](#)

[Prefeitura de Caicó/RN](#)

[Prefeitura de Macaíba/RN](#)

[Prefeitura de Mossoró/RN](#)

[Prefeitura de Natal/RN](#)

[Prefeitura de Parnamirim/RN](#)

[Prefeitura de Pau dos Ferros/RN](#)

[Prefeitura de São Gonçalo do Amarante/RN](#)

[Universidade Federal do Rio Grande do Norte](#)

Indicadores Econômicos

O **Índice de Confiança do Empresário Industrial - ICEI** registra 53,7 pontos em setembro, um aumento de 2,2 pontos na comparação com agosto. O índice cresceu pelo quinto mês consecutivo e acumula crescimento de 16,9 pontos no período. Na comparação com o mesmo mês de 2015, o aumento alcança 18 pontos.

Com o crescimento, o ICEI se afasta ainda mais da linha divisória de 50 pontos, indicando aumento da confiança dos empresários. O índice é o maior desde janeiro de 2014.

Pela primeira vez desde abril de 2014, empresários de todos os portes registram índices superiores a 50 pontos. Ressalte-se que ainda não se pode afirmar que pequenos empresários estão confiantes, por conta da margem de erro do índice (1,5 ponto para indicadores de porte).

[Portal da Indústria-CNI – Índice de Confiança do Empresário Industrial-ICEI.](#)

Interesse M P E

Projeto de Lei PL 06100/2016, do deputado João Derly (REDE/RS), Institui o Simples Trabalhista

Projeto de Lei PL 06100/2016, do deputado João Derly (REDE/RS), foi apresentado na Câmara e altera a consolidação das Leis do Trabalho - CLT -, instituindo-s o regime unificado de pagamento de tributos, de contribuições e dos demais encargos do empregador, denominado SIMPLES TRABALHISTA, e dá outras providências. Esse Projeto Institui o regime unificado de pagamento de tributos, de contribuições e dos demais encargos do empregador, denominado Simples Trabalhista, cuja adesão é facultativa ao empregador ou decorrente de acordo coletivo do trabalho.

[Portal da Indústria CNI – Informe Legislativo 030/2016.](#)

Projeto de Lei do Senado PLS 00339/2016, do senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), dispõe sobre a terceirização por Pessoas Jurídicas

Projeto de Lei do Senado PLS 00339/2016, do senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), foi apresentado no Senado e dispõe sobre os contratos de terceirização por pessoas de natureza jurídica de direito privado e as relações de trabalho deles decorrentes. Esse Projeto regulamenta a Terceirização.

[Portal da Indústria CNI – Informe Legislativo 030/2016.](#)

Diário Oficial publica resolução que altera o Simples Nacional

Resolução publicada no dia 19.09.2016, no Diário Oficial da União, faz alterações no Simples Nacional. O novo texto consolida e organiza dispositivos relativos à composição e ao momento do reconhecimento da receita bruta para fins de tributação no Simples Nacional, informou a Receita Federal.

Pela norma, compõem a receita bruta, dentre outros fatos geradores, os royalties, aluguéis e demais receitas decorrentes de cessão de direito de uso ou gozo, bem como as verbas de patrocínio. Por outro lado, destaca a Receita Federal, não são componentes da receita bruta a remessa de mercadorias a título de bonificação, doação ou brinde (desde que seja incondicional e não haja contraprestação por parte do destinatário), a remessa de amostra grátis e os valores recebidos a título de multa ou indenização por rescisão contratual (desde que não corresponda à parte executada do contrato).

A resolução trata também das operações de troca, dispondo que os valores correspondentes compõem a receita bruta para todas as partes envolvidas, e determina que as receitas devem ser reconhecidas quando do faturamento, da entrega do bem ou do direito ou à proporção em que os serviços são efetivamente prestados, o que primeiro ocorrer.

Quanto às receitas auferidas por agências de turismo, corresponderá à comissão ou ao adicional percebido, quando houver somente a intermediação de serviços turísticos prestados por conta e em nome de terceiros, ou incluirá a totalidade dos valores auferidos, nos demais casos.

A resolução permite ainda, entre outras situações, que os estados exijam das empresas optantes pelo Simples Nacional informações relativas ao Fundo de Combate à Pobreza, acrescenta a Receita Federal.

O Simples Nacional é um regime tributário diferenciado, simplificado e favorecido previsto em lei aplicável às microempresas e às empresas de pequeno porte.

[Portal EBC Agência Brasil.](#)

Interesse Geral da Indústria

Mercado financeiro diz que inflação deve fechar 2016 em 7,34%

O mercado financeiro voltou a estimar queda da inflação em 2016. Analistas projetam que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), usado pelo governo para estabelecer as metas inflacionárias, feche o ano em 7,34% e não mais em 7,36%, como previsto anteriormente. Para 2017, a estimativa foi mantida em 5,12%. As projeções fazem parte de pesquisa Boletim Focus, divulgada às segundas-feiras pelo Banco Central (BC). As estimativas estão acima do centro da meta de inflação, de 4,5%. O limite superior da meta de inflação é 6,5% este ano e 6% em 2017. Um dos instrumentos usados para influenciar a atividade econômica e, consequentemente, a inflação, é a taxa básica de juros, a Selic, atualmente em 14,25% ao ano. Quando o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central aumenta a Selic, a meta é conter a demanda aquecida, e isso gera reflexos nos preços, porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Quando o Copom reduz os juros básicos, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, mas a medida alivia o controle sobre a inflação. A expectativa das instituições financeiras para a Selic permanece em 13,75% ao ano, ao final de 2016, e segue em 11% ao ano, no fim de 2017. A estimativa de instituições financeiras para a queda do Produto Interno Bruto (PIB), a soma de todos os bens e serviços produzidos no país, teve uma leva melhora e passou de 3,18% para 3,16%. Para 2017, a estimativa de crescimento passou de em 1,30% para 1,36%. A projeção para a cotação do dólar ao final de 2016 foi ajustada de R\$ 3,25 para R\$ 3,30. Para 2017, a estimativa segue em R\$ 3,45. [Portal EBC Agência Brasil.](#)

“[...] Depois do julgamento do Senado Federal pela ocorrência dos crimes de responsabilidade fiscal foi inaugurado um novo Governo. Agora, sob a liderança do Presidente Michel Temer, os desafios e problemas precisam ser enfrentados. Medidas e reformas são aguardadas, mesmo as mais amargas, entretanto, necessárias para o equilíbrio financeiro do País. [...]” Amaro Sales